

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1011/2020-PGJ, DE 17.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a Resolução nº 6/2020-PGJ, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias e excepcionais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

R E S O L V E :

Art. 1º O horário de expediente da Procuradoria-Geral de Justiça, no âmbito administrativo, no período de 18 a 31 de março de 2020, será em dois turnos, das 7h30min às 12h30min e das 13h às 18h, podendo esse período ser prorrogado a critério da Administração Superior.

Art. 2º Os integrantes do Quadro do Ministério Público Estadual lotados na Procuradoria-Geral de Justiça poderão exercer suas atividades no período matutino ou no período vespertino, nos horários estabelecidos no artigo anterior, devidamente acordado com a chefia imediata.

Art. 3º Compete à chefia imediata organizar a jornada de trabalho dos servidores subordinados, respeitando os horários estabelecidos no artigo 1º, desde que se mantenha o órgão ou unidade em funcionamento durante o horário previsto.

Art. 4º Não se aplicam aos servidores ocupantes de cargos em comissão de direção e chefia o horário previsto no artigo 1º, devendo cumprir normalmente a sua jornada de trabalho.

Art. 5º O disposto nos artigos anteriores não impede os integrantes do MPMS que se enquadram no grupo de risco, conforme previsto no artigo 5º da Resolução nº 6/2020-PGJ, de solicitar o regime de teletrabalho em período integral.

Art. 6º As audiências dos procedimentos administrativos, notícias de fato, procedimentos preparatórios, inquéritos civis e procedimentos de investigação criminal que já tenham sido agendadas até 31.3.2020 poderão, mediante justificativa nos autos, ser reagendadas para datas futuras.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1003/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 29.2.2020, em razão do falecimento de sua genitora, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1004/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 18.3.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1005/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 113/2020-PGJ, de 15.1.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 30.6 e 1º.7.2018 e no período de 27.8 a 3.9.2018, que seriam usufruídos no período de 6 a 8.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1006/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 114/2020-PGJ, de 15.1.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2003, que seriam usufruídos nos dias 13 e 14.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1007/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 907/2020-PGJ, de 9.3.2020, que designou a Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para atuar nas audiências da 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, no dia 19.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1008/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 697/2020-PGJ, de 19.2.2020, que designou a Promotora de Justiça de Campo Grande Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e cumprimento das cartas precatórias cíveis em geral da referida Comarca, no período de 30.3 a 8.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1009/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 678/2020-PGJ, de 18.2.2020, na parte que designou a Promotora de Justiça de Campo Grande Lívia Carla Guadanhim Bariani para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no período de 23 a 27.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1000/2020-PGJ, DE 16.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 16.3.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Alessandra Louvet Cortada Rodrigues, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1001/2020-PGJ, DE 16.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 13.3.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Kliscia Luara Sant'Anna Nabhan, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA Nº 1010/2020-PGJ, DE 17.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Suspender, *ex officio*, por necessidade de serviço, a partir de 17.3.2020, as férias do Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, concedidas por meio da Portaria nº 771/2020-PGJ, de 27.2.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 991/2020-PGJ, DE 16.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Jeilson Bertola da Costa, por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 27.2 a 7.3.2020, a serem usufruídas no período de 3 a 12.3.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 996/2020-PGJ, DE 16.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor José Ricardo Barbosa Mendes, por meio da Portaria nº 3545/2019-PGJ, de 25.9.2019, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.3.2020, a serem usufruídas no período de 4 a 13.5.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 999/2020-PGJ, DE 16.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4645/2019-PGJ, de 11.12.2019, e suas modificações, na parte em que se concedeu férias ao então servidor José Tadeu Pereira da Anunciação Silva, no período de 17.8 a 4.9.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1002/2020-PGJ, DE 16.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Aline de Souza Finamor, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.3.2020, a serem usufruídas no período de 25.5 a 3.6.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 992/2020-PGJ, DE 16.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 16 a 27.3.2020, em razão de férias e licença compensatória referente ao feriado forense da servidora Alessandra Katiucha da Silva Cavassa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 993/2020-PGJ, DE 16.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9 a 18.3.2020, em razão de férias do servidor Renan da Silva Ovando.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 994/2020-PGJ, DE 16.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Liliane Rosa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Maracaju, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 10.3 a 3.4.2020, em razão de férias do servidor Luciano Paulo Portella.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 995/2020-PGJ, DE 16.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 10.3.2020, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 11/2020

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº **11/2020**, referente aos documentos a 25ª Promotoria de Justiça, oriundos do Arquivo-Morto-PJ Capital, encaminhados para análise dessa Comissão, e deliberada a sua eliminação com ciência através do Ofício n.041/2020/SEG-PGJ, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 23.03.2020.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 17.03.2020

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 11/2020

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)	
Órgão / Setor- 25ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		Órgão / Setor- 25ª Promotoria de Justiça de Campo Grande	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Ofícios Expedidos; Ofícios Recebidos; Folders, recortes de jornal, cópia de legislação; Comprovantes de devolução de IC e processos; Cópia de Ação Civil; Cópia de reportagens.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 11/2020	Exercício 1999	2006
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA****PROCESSO Nº PGJ/10/4580/2019****UASG - 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 8.666, de 21-6-1993 (e alterações).

Modalidade: Concorrência nº 1/CPL/PGJ/2020, tipo menor preço (Processo nº PGJ/10/4580/2019);

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de reforma com ampliação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Caarapó/MS, localizado na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, Caarapó/MS, pelo Regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário, inclusive fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais necessários.

Abertura da Documentação e Propostas:

- Local: Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 22 de abril de 2020.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/concorrenca, no portal www.comprasgovernamentais.gov.br ou na Coordenadoria de Licitações/PGJ.

Campo Grande, 17 de março de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000119 DE 16.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1146/2020**

Credor: 3TTECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 7/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 16/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de controlador de acesso, fechadura eletromagnética, *frame button* (botoeira) e Kit Nobreak, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.940,00 (um mil novecentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000119 de 16.03.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/PGJ/2018

Processo PGJ/10/0757/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **THF ELEVADORES LTDA**, representada por **Fernando Luis da Cunha**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, nos termos do artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II; e artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogar** o prazo de vigência do Contrato nº 13/PGJ/2018 por mais 12 (doze) meses; e **reajustar** o valor estimado mensal do Contrato, em razão da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com efeitos a partir de 04.01.2020.

Valor estimado anual: R\$ 28.572,84 (vinte e oito mil quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Vigência: 23.03.2020 a 23.03.2021.

Data de assinatura: 11 de março de 2020.

REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/PGJ/2019, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 2.086 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019 NA PÁGINA 26.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/2980/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ERISON FREITAS BISPO**, representada por **Erison Freitas Bispo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução de serviços de instalação de portas, forro modular e divisórias em *drywall*, incluindo o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000233 de 30.10.2019.

Vigência: 1º.11.2019 a 28.04.2020

Data de assinatura: 1º.11.2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****INQUÉRITO CIVIL N. 06.2020.00000297-2****RECOMENDAÇÃO N. 0001/2020/10PJ/DOS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 10º Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão, 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e 17º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que *“o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os agentes públicos/políticos devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no art. 37 da Constituição Federal, na prática de seus atos;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para a Administração Pública preconiza que a lei deve ser executada pelo Administrador nos seus estritos limites e em consonância com os valores fundantes do ordenamento jurídico;

CONSIDERANDO que, segundo ensinamentos de Hely Lopes Meireles, *“o princípio da impessoalidade referido na Constituição de 1988 (art. 37, 'caput') nada mais é do que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal. Esse princípio também deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas (CF, art. 37, § 1º).”*

CONSIDERANDO, que para Celso Antônio Bandeira de Melo, *o princípio da moralidade administrativa implica na obrigatoriedade para a Administração e seus agentes de atuar na conformidade de princípios éticos, compreendendo-se em seu âmbito os princípios da lealdade e boa-fé*. (Curso de Direito Administrativo, 5ª edição, Editora Malheiros, página 59);

CONSIDERANDO, que *“a violação de princípio é o mais grave atentado cometido contra a Administração Pública porque é a completa e subversiva maneira frontal de ofender as bases orgânicas do complexo administrativo. A*

inobservância dos princípios acarreta responsabilidade, pois o art. 11 da Lei 8.429/92 censura “condutas que não implicam necessariamente locupletamento de caráter financeiro ou material” (Wallace Paiva Martins Júnior, “Probidade Administrativa”, Ed.Saraiva, 2ª ed., 2002).

CONSIDERANDO que o princípio da Razoabilidade ou proporcionalidade consubstancia, em essência, uma *“pauta de natureza axiológica que emana diretamente das idéias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso, direito justo e valores afins; precede e condiciona a positivação jurídica, inclusive a de nível constitucional; e, ainda, enquanto princípio geral do direito, serve de regra de interpretação para todo o ordenamento jurídico.”* (Karl Larenz, Metodologia da Ciência do Direito. 1989. pág. 585/586);

CONSIDERANDO que, segundo o constitucionalismo moderno, vive-se atualmente a fase pós-positivista, uma nova fase de juridicidade dos princípios gerais de direito, os quais já deixaram de ter como função primordial a meramente supletiva ou integrativa do ordenamento jurídico, nos moldes do que estabelece, por exemplo, o art. 4º da Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro¹;

CONSIDERANDO, que tais modificações implicam em um remodelamento do papel dos princípios junto às ordens jurídicas vigentes, pois abandonam o papel secundário e supletivo e assumem, assim como as regras, um grau de inquestionável normatividade, tanto em bases teóricas quanto metodológicas (vide, por todos, SGARBI. Adrian. Teoria do Direito. Primeiras Lições. Ed. Lumen Juris. 2007. Pág. 723/724).

CONSIDERANDO que, não por outro motivo, os princípios gerais do direito são, nos dizeres de Norberto Bobbio, normas fundamentais, ou generalíssimas do sistema. A nomenclatura “princípios” induziria a erros, pois tratam-se, na verdade, de normas jurídicas. Primeiro, porque se são normas aquelas das quais os princípios são extraídos, mediante um procedimento de generalização sucessiva, não há motivos para quer eles também não sejam normas. Segundo, porque a função pela qual são extraídos e usados é igual àquela usada por todas as normas, ou seja, a função de regular um caso (Teoria do Ordenamento Jurídico. Epidro. 2012. p. 76);

CONSIDERANDO que todo agente público ou político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO o autuado através do Inquérito Civil n, 06.2020.00000297-2, em tramite nesta 10ª Promotoria de Justiça, notadamente os documentos encartados às fls. 110/120, ocasião em que a Secretaria Municipal de Saúde encaminhou o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde - Resolução n. 453 de 10 de maio de 2012 e, Lei n. 2870 de 11 de julho de 2006, infere-se de tal Regimento que a composição do Conselho de Saúde *“será composto por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos dos usuários, de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, sendo seu presidente eleito entre os membros do Conselho, em reunião plenária”*

CONSIDERANDO que além disso, quanto à manifestação do Conselho, consta que tal se dará, segundo o inciso XII *“por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. [...]Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução e nem enviada justificativa pelo gestor ao Conselho de Saúde podem buscar validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público, quando necessário”;*

CONSIDERANDO que no Decreto nº 1.767 de 12 de maio de 2015, capítulo III - DA ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DO PLENARIO- artigo 13 consta que *“O Presidente do Conselho e o Secretário do Plenário serão eleitos por maioria simples entre os conselheiros titulares, presentes à assembleia convocada para tal fim”.*

CONSIDERANDO que de forma complementar, na Seção III – DA LICENÇA- em seu artigo 10 tem se que *“O presidente poderá, de forma justificada e por motivo de força maior requerer ao Plenário do Conselho licença para afastamento por até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) mediante novo requerimento justificado”* logo na seção seguinte, artigo 11, esclarece *“Em caso de vacância permanente de função de conselheiro*

¹. Art. 4º. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

titular, competirá ao Presidente do Conselho de Saúde convocar o suplente eleito, pelo respectivo fórum, para complementar o mandato”;

CONSIDERANDO que ressalta a Seção V- DO MANDATO E SUA PRORROGAÇÃO- artigo 12 “*O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, permitida a recondução a critério do respectivo fórum a cada eleição, sendo que os segmentos de representações de usuários, trabalhadores em saúde, governo municipal e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas*”;

CONSIDERANDO que o Conselho do Municipal de Saúde não é uma unidade administrativa do Governo, devendo, assim, sua ação ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local, somando ao trabalho das tradicionais instâncias de controle e fiscalização da gestão pública, sendo instância de representação social;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde deve atuar com autonomia e independência, com competência deliberativa e terminativa, visto que o colegiado não é subordinado ou vinculado ao Poder Executivo;

CONSIDERANDO que as previsões constitucionais e infraconstitucionais criando e regulando Conselhos de participação para o acompanhamento da execução das ações do poder público foi uma das formas encontradas pelo legislador para garantir o mínimo de lisura e eficiência, em respeito ao erário e visando a melhor prestação do serviço público;

CONSIDERANDO que disposições normativas como as acima são citadas são reflexos da consolidação progressiva da chamada democracia deliberativa no país. Segundo essa corrente teórica, o modelo ou processo de deliberação política democrática é caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação nos aspectos essenciais da vida coletiva²;

CONSIDERANDO que nas lições de Hely Lopes Meirelles³, a “*anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário*” (...) “*desde que a administração reconheça que praticou um ato contrário ao direito vigente, cumpre-lhe anulá-lo o quanto antes, para restabelecer a legalidade administrativa. Se o não fizer, poderá o interessado pedir ao Judiciário que verifique a ilegalidade do ato e declare a sua invalidade, através de anulação*”;

CONSIDERANDO que se a própria administração não anula por seus próprios meios os atos ilegais (Súmula n. 473 do STF⁴), cabe ao Judiciário o controle da legalidade substancial do ato administrativo;

CONSIDERANDO o posicionamento que é adotado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL nos casos em que há hialina intervenção expansiva e ilimitada do Poder Executivo junto à órgãos de natureza consultiva, fiscalizatória e deliberativa, consoante decisões proferidas no bojo da ADPF n. 622 e da ADI n. 612;

CONSIDERANDO a “*Importância de evitar os riscos do constitucionalismo abusivo: prática que promove a interpretação ou a alteração do ordenamento jurídico, de forma a concentrar poderes no Chefe do Executivo e a desabilitar agentes que exercem controle sobre a sua atuação. Instrumento associado, na ordem internacional, ao retrocesso democrático e à violação a direitos fundamentais*”⁵;

CONSIDERANDO, na última semana, também em Dourados/MS, a Prefeita Municipal de Dourados/MS decretou intervenção no Conselho Municipal de Saúde nomeando o secretário-adjunto de saúde como interventor do Conselho Municipal de Saúde (Decreto n. 2.448, de 9 de março de 2020, Diário Oficial n. 5122 – 10/03/2020), e após, em edição suplementar I do Diário Oficial do Município, publicou a Resolução número 02/2020/PGM com o seguinte teor: “*o procurador-geral do município, considerando o Artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Dourados que dispõe que a administração pública anulará os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, bem como os revogará por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados, neste caso, os direitos adquiridos, além de*

2 vide Democracia Deliberativa: Sociedade Civil, Esfera Pública e Institucionalidade, por Lúcia Helena Hahn Luchmann, Cadernos de pesquisa – PPGSP – UFSC – disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1278/1207>> acesso em março de 2020;

3 “Direito Administrativo Brasileiro”, Ed. RT, pgs. 163 e 168, 13ª. ed.

4 “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

5 (STF. ADPF 622 MC / DF - DISTRITO FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO. Julgamento: 20/12/2019. Publicação. PROCESSO ELETRÔNICO. DJe-019 DIVULG 31/01/2020 PUBLIC 03/02/2020)

observado, em qualquer circunstância, o devido processo legal, resolve tornar nula publicação do Decreto nº 2.448, de 9 de março de 2020”;

CONSIDERANDO que em situação semelhante, conforme publicado no Diário Oficial n. 5.118 – 04 de março de 2020 – de Dourados/MS fora publicado o Decreto n. 2.434, de 03 de março de 2020, em que restou determinada “a intervenção pelo Poder Executivo Municipal de Dourados junto ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”, nomeando o “o Secretário Municipal de Educação senhor Upiran Jorge Gonçalves da Silva como Interventor do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Secretário Municipal de Educação fica investido com poderes para exercício de todas as atribuições do Presidente do Conselho”;

CONSIDERANDO que, desde então, o Secretário Municipal de Educação de Dourados/MS está a exercer, verdadeira, intervenção junto ao Conselho do FUNDEB, inclusive convocando reuniões de caráter deliberativo, o que resultou na expedição da RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0001/2020/17PJ/DOS, objetivando, em síntese, fazer cessar os efeitos da intervenção, com a imediata revogação do ato;

CONSIDERANDO que a situação em muito se assemelha àquela decretada junto ao Conselho Municipal de Saúde; e as informações coletadas no bojo do Inquérito Civil n. 06.2020.00000297-2;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30.1.2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4.2.2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações da Sociedade Brasileira de Infectologia, no sentido de que organizadores devem avaliar a possibilidade de cancelar ou adiar a realização de eventos com muitas pessoas;

CONSIDERANDO que a pandemia não é apenas uma crise de saúde pública, mas significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificados como de transmissão interna, e que, por afetar diferentes setores, exige esforços conjuntos da sociedade;

CONSIDERANDO, a sensibilidade e gravidade da crise sanitária atual, reveladora de um contexto impositivo de união da esforços e cooperação entre distintas instituições estatais e sociedade civil para eliminação ou controle da patologia. Ou seja, não é recomendável, neste momento, desentendimentos entre instituições;

RESOLVE, em nome da proteção dos usuários, trabalhadores e colaboradores do Sistema Único de Saúde de Dourados/MS, bem como em prol do patrimônio público e social, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais, RECOMENDAR:

1) ao Município de Dourados/MS, através de sua PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS e de seu PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO: 1.1. abstenham-se de expedir qualquer novo ato normativo, com teor igual ou semelhante ao Decreto n. 2.448, de 9 de março de 2020, Diário Oficial n. 5122 – 10/03/2020) que de qualquer forma restrinja ou neutralize a atuação do Conselho Municipal de Saúde de Dourados/MS, sob pena de incorrerem em ato de improbidade administrativa e judicialização da demanda para revogação do ato e declaração de nulidade de todos os atos praticados e desses decorrentes em razão da ilegal intervenção do Poder Executivo no órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador; 1.2; prorroguem o mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Dourados/MS pelo prazo de 60 (sessenta) dias, tempo suficiente para início e conclusão de novo pleito;

2) ao Conselho Municipal de Saúde de Dourados/MS, através de seu Presidente em exercício, que inicie imediatamente as providências administrativas necessárias à realização de novas eleições para a composição do colegiado, a qual deve ser concluída em um prazo máximo recomendável de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento desta.

A ausência de observância das medidas enunciadas, como mencionado, impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção

ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se aqueles a quem é destinada a presente acolherão, ou não, a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não perfazendo as providências elencadas, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, comunica que cópias da presente Recomendação serão encaminhadas, para conhecimento, à Câmara Municipal de Vereadores, à Ordem dos Advogados do Brasil, e também para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 13 de março de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 001/2ªPJ/2020

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001105-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) de Aparecida do Taboado, com o lançamento da campanha denominada “DECLARE O SEU CARINHO”.

Aparecida do Taboado/MS, 16 de março de 2020.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO
Promotora de Justiça

AQUIDAUANA

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil nº 06.2018.00003456-0

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 10.01.2020 entre o Ministério Público Estadual, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS, e Mauro Renosto, referente a queimada de material lenhoso proveniente do desmatamento de 230 hectares na Fazenda Campo Formoso, bem como regularização da reserva legal do referido, no bojo dos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00003456-0, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana/MS, localizada na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova, telefone (67) 3241-6811. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: “<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>”.

Aquidauana - MS, 16 de março de 2020.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA
1ª Promotora de Justiça

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil nº 06.2019.00000469-2

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 10.12.2019 entre o Ministério Público Estadual, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS, e o Instituto Educacional Falcão, representado pela Diretora Gleice Rocha Falcão, referente a regularização da omissão existente nos contratos da escola quanto ao material didático adotado e em respeito ao Princípio da Informação insculpido no Código de Defesa do Consumidor, no bojo dos autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000469-2, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana/MS, localizada na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova, telefone (67) 3241-6811. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: “<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>”.

Aquidauana - MS, 16 de março de 2020.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA
1ª Promotora de Justiça

ITAPORÃ

EDITAL N. 05/2020/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001189-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Secretaria de Saúde de Douradina e Gerência de Saúde Itaporã;

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Itaporã e Douradina para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS
Promotor de Justiça.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS torna pública a celebração do 2º aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002128-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, 1001, Centro, no município de Anaurilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004161-7

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Município de Anaurilândia, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 03575727-000195, representado pelo Prefeito Municipal Edson Stefano Takazono, com sede na Rua Floriano Peixoto, 1000, Centro, nesta cidade.

Área de atuação: Meio Ambiente.

Objeto: Autorização para utilização de R\$489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais) do Fundo de Reserva Mínima de Longo Prazo (RMLP) exclusivamente para o pagamento da desapropriação amigável do lote de terreno determinado sob o nº 14 da quadra D, com área de 2.736,60m², matrícula nº 4.217, SRI, Anaurilândia-MS, e do lote nº 15, matrícula 4.218, SRI, Anaurilândia-MS, com área de 46.184,10m², onde está localizado o Hospital Sagrado Coração de Jesus.

Anaurilândia-MS, 16 de março de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

INOCÊNCIA

EDITAL N. 07/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000157-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sergio Rodrigues Lazaro

Assunto: Apurar o desmatamento de 14,48 hectares de vegetação nativa do Bioma Cerrado em área de Savana Arborizada Florestada e Vegetação Ciliar Aluvial, na propriedade rural “Fazenda Scan Oeste” (CAR/MS nº 0055913), no município de Inocência-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 438/19/Nugeo – Programa DNA Ambiental 2016-2017.

Inocência, 17 de março de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 08/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000220-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Abadia Dias Ferreira

Assunto: Apurar o desmatamento de 9,80 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Morangas, em Inocência-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 435/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Inocência-MS, 17 de março de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 09/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000227-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Flávio Lopes

Assunto: Apurar o desmatamento de 9,88 hectares em área de Savana Arborizada, na Fazenda Jota III, em Inocência-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 425/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Inocência-MS, 17 de março de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 10/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000232-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Paulo Pedro

Assunto: Apurar desmatamento de 8,09 hectares em área de Savana Arborizada, na Estância Chácara da Serra, em Inocência-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 462/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Inocência-MS, 17 de março de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal